

Mapeando o movimento de modernização conservadora em torno da Base Nacional Comum

MATEUS ARGUELHO DA CUNHA¹; SIMONE GONÇALVES DA SILVA²;
ÁLVARO MOREIRA HYPOLITO³

¹Mateus Arguelho da Cunha – mateusarguelho@gmail.com

²Simone Gonçalves da Silva – silva.simonegon@gmail.com

³Álvaro Moreira Hypolito – alvaro.hypolito@gmail.com

1. INTRODUÇÃO

O objetivo deste trabalho é discutir a aliança que defendeu a política da Base Nacional Comum Curricular (BNCC). Para tanto, identificam-se os atores precursores que advogam a BNCC, suas filiações, bem como as pautas que defendem para o tema. Serão apresentados, com a ajuda de um grafo, possíveis ligações entre tais atores, a fim de fomentar a discussão sobre algumas contradições entre os grupos que formam a chamada “aliança conservadora” (APPLE, 2003).

A BNCC é um documento de caráter normativo que define o conjunto de aprendizagens presumidamente essenciais a serem desenvolvidas durante as etapas da educação básica (BRASIL, 2018). A BNCC, segundo seus proponentes, veio para fortalecer políticas e ações que, “além dos currículos, influenciarão a formação inicial e continuada dos educadores, a produção de materiais didáticos, as matrizes de avaliações e os exames nacionais que serão revistos à luz do texto homologado da Base” (BRASIL, 2018, p. 5). Isso implica em orientar a revisão e a elaboração dos currículos dos sistemas e redes de ensino de todas escolas públicas e privadas de Educação Infantil, Ensino Fundamental e Ensino Médio, a fim de assegurar as orientações de “princípios éticos, políticos e estéticos que visam à formação humana integral e à construção de uma sociedade justa, democrática e inclusiva” (BRASIL, 2018, p. 7).

A busca pela padronização curricular no Brasil não é recente, tal processo vem ocorrendo desde a promulgação da Constituição Federal de 1988, seguida com a sanção da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) de 1996, dos Parâmetros Curriculares Nacionais de 1998, das Diretrizes Curriculares Nacionais Gerais para a Educação Básica e outros documentos subsequentes (MACEDO, 2014; 2015). O debate sobre a padronização curricular também é feito, desde o mesmo período, por vários países da África, América Latina, Europa e Estados Unidos. Nos primeiros locais, os Banco Mundial e o Banco Interamericano de Desenvolvimento escreveram diretrizes que claramente apontavam para a centralização curricular e avaliativa e também controle da formação de professores (AVELAR; BALL, 2019; MACEDO, 2016). Na LDB (BRASIL, 1996) pode-se perceber, no artigo 26, explicitamente que os currículos da educação básica deveriam ter a base nacional comum, a ser complementada por uma parte diversificada. É importante notar que a redação desse artigo foi introduzida em 2013, no primeiro governo Dilma Rousseff, em uma introdução feita para alterar o tempo de idade escolar e a formação de professores, entre outras providências, vide Lei nº 12.796 de 2013 (BRASIL, 2013).

A partir disso um movimento de defesa pela Base Nacional Comum Curricular começou a surgir, o Movimento Pela Base Nacional Comum (MBNC). O

Figura 1: Grafo de relações entre os atores da rede do MBNC.

Alguns atores estão mais ligados à pauta mais liberal e outros se aproximam da pauta conservadora pela defesa do currículo nacional. Apple (2003), ao falar sobre os movimentos de alianças conservadoras nos Estados Unidos, afirma que há uma modernização conservadora, que trata da aglutinação de esferas de grupos de pessoas em busca de trazer pautas da direita como discurso hegemônico. No entanto, nem todos os interesses dos grupos dessa aliança são convergentes. Esses grupos seriam os neoliberais, neoconservadores, populistas-autoritários e também a nova classe média de administradores e gerentes. Sobre essa atuação da direita e como ela pode impactar a educação, o autor afirma:

A guinada para a direita foi o resultado do esforço bem-sucedido da direita de formar uma aliança de bases amplas. Essa nova aliança teve muito êxito em parte porque está conseguindo ganhar a batalha contra o senso comum, isto é, tem costurado criativamente diferentes tendências sociais e concessões mútuas e as tem organizado sob sua liderança geral em questões relativas à previdência social, à cultura, à economia (...). (APPLE, 2003, p. 43)

Observando o grafo, que apresenta 46 nós (atores) e 189 arestas (relações), podemos perceber sujeitos e atores políticos públicos e privados, que constituem parceria com o Movimento pela Base Nacional Comum, podendo destacar, entre eles, a Fundação Lemann, o Instituto Natura, Inspirare, Instituto Unibanco, CONSED, Undime, MEC, CNE. Esses atores trouxeram o debate ao público, sobretudo em audiências públicas dos estados e também organizaram suas próprias audiências, além de terem produzido materiais e cursos de formação e de “manuais” para a BNCC, no que tange à implementação, à gestão escolar e à sala de aula.

Os atores mencionados acima atuaram na Base com o intuito de instituir uma agenda que, além de defender o currículo nacional, também defendiam questões que envolvem avaliação e regulação, que constituem discursos da nova classe média de profissionais qualificados e dirigentes. Apesar de muitos deles não terem pautas que vão ao encontro de uma pauta moral. Entretanto, esses sujeitos podem fornecer alguns dos instrumentos necessários para essa modernização conservadora (APPLE, 2003).

Nessa linha percebemos a articulação do movimento Escola sem Partido (EsP), identificado no grafo, que alegava que a legitimidade para a discussão da BNCC convinha ao Congresso Nacional, na contramão do que a maioria das entidades públicas e privadas vinham propondo, de que a Base deveria passar pelo Conselho Nacional de Educação, (MACEDO, 2017). Além disso, o EsP, que conta com o apoio da influência de diversos deputados federais e também com os ligados ao Movimento Brasil Livre, conseguiu adentrar em diversas reuniões da comissão de educação da câmara envolvendo assuntos da BNCC, como gênero, liberdade religiosa, ciências humanas, entre outros. A principal estratégia do EsP foi, de início, judicializar o processo de relação entre professores e alunos, em seguida pela pressão para que Assembleias Legislativas e Câmaras Municipais aprovassem projetos com base em seus ideais (MACEDO, 2017).

A ação do Movimento Escola Sem Partido mostra uma contradição da guinada conservadora que tem acontecido no país no contexto educacional, uma vez que havia, por um lado, as fundações instituições que defendiam que a BNCC fosse discutida com o CNE e, por outro lado, havia a visão do EsP que acreditava que a

pauta deveria ser discutida no Congresso Nacional (MACEDO, 2017). Além dessa diferença de estratégia para a discussão, havia outras diferenças importantes de conteúdo, ademais o EsP traz pautas contrárias à diversidade cultural e contra a chamada “ideologia de gênero” no currículo e na escola. A respeito de tudo isso, nota-se a constituição de demandas conservadoras que foram se consolidando, haja vista a manifestação da Secretária Executiva do MEC à época, que garantiu que não haveria “ideologia de gênero” na terceira versão do documento. A pauta moral e conservadora trazida aqui pelo movimento Escola Sem Partido evidencia um dos grupos que Apple nos fala. Contudo, é interessante destacar que não apenas esses tipos de discursos constituem o movimento de modernização conservadora, conforme foi falado anteriormente.

4. CONCLUSÕES

Este trabalho buscou apresentar o mapeamento de ações conservadoras dentro das políticas educacionais. Como mostra o grafo, observou-se o surgimento de demandas de diferentes grupos, e algumas até contraditórias. Pode-se notar que como aponta Apple para os Estados Unidos da América, o movimento de modernização conservadora também tem tido precursores no Brasil e também revela suas contradições entre interesses neoliberais e neoconservadores.

5. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- APPLE, Michel. Educando à direita: mercados, padrões, Deus e desigualdade. São Paulo: Cortez, 2003.
- AVELAR, Marina; BALL, Stephen J. Mapping new philanthropy and the heterarchical state: the mobilization for the national learning standards in Brazil. *International Journal of Educational Development*, Amsterdam, v. 64, n. 1, p. 65-73, jan. 2019.
- BALL, Stephen J. Educação Global S.A.: novas redes políticas e o imaginário neoliberal. Ponta Grossa: EdUEPG, 2014.
- BALL, Stephen J. Following policy: networks, network ethnography and education policy mobilities. *Journal of Education Policy*, [s.l.], v. 31, n. 5, p. 549-566, 2016.
- BRASIL. Lei nº 9394, de 20 de dezembro de 1996.
- BRASIL. Lei nº 12.796, de 04 de abril de 2013. BRASIL. Ministério da Educação. Base Nacional Comum Curricular (BNCC): Educação é a base. Brasília: MEC. 2018.
- MACEDO, Elizabeth. Base Nacional Curricular Comum: novas formas de sociabilidade produzindo sentidos para a educação. *e-Curriculum*, São Paulo, v. 12, n. 03 p.1530 - 1555. out/dez 2014.
- MACEDO, Elizabeth. Base Nacional Comum para Currículos: direitos de aprendizagem e desenvolvimento para quem? *Educação & Sociedade*, Campinas, v. 36, n. 133, p. 891-908, dez 2015.
- MACEDO, Elizabeth. Por uma leitura topológica das políticas curriculares. *Arquivos analíticos de políticas educativas*. Arizona, v. 24, n.26. p.1-23. Fev 2016.
- MACEDO, Elizabeth. As demandas conservadoras do movimento escola sem partido e a base nacional curricular comum. *Educação & Sociedade*, Campinas, v. 38, n. 139, p. 507-524, abr/jun 2017.
- MOVIMENTO PELA BASE NACIONAL COMUM. Disponível em: <<https://movimentopelabase.org.br/>> acesso em 31 jul 2021.